

NOVA FASE DE LUTA

Com a burla eleitoral terminou uma fase de luta do povo português, em que as forças da democracia registaram importantes sucessos e o governo fascista significativas derrotas. U na nova fase de luta começa, que exigirá a urgente definição de objectivos imediatos e de formas de organização e acção.

Como o Partido Comunista Português muitas vezes sublinhou, o objectivo fundamental na campanha e no trabalho «eleitoral» era a conquista de reivindicações concretas imediatas e limitadas, um amplo trabalho de esclarecimento, a criação de posições e condições mais favoráveis para prosse-

guir a luta pela liberdade para além das «eleições». Esse objectivo foi alcançado, embora não tão completamente como teria sido possível.

Derrota do oportunismo

Os oportunistas de direita e de esquerda sofreram neste período fracassos espectaculares. Os acontecimentos desmentiram dia a dia as suas apreciações e previsões. Os factos desmentiram a orientação que defendiam. Na medida em que o movimento democrático se desenvolveu como um amplo movimento de massas, ficaram cada vez mais isolados e desacreditados. Aqueles que, com o divisionismo, o obstructionismo das iniciativas e da organização de base, ambicionavam uma legalidade preferencial, a hegemonia do movimento e o monopólio da representatividade da Oposição, viram-se ultrapassados pela amplitude do movimento unitário, que os atirou irresistivelmente para um segundo plano.

O movimento unitário, apoiado pelas massas, apareceu indiscutivelmente (continua na 2.ª pág.)

Solidários com os seus camaradas da Lisnave

Dando provas de elevada consciência de classe e espírito solidário, os trabalhadores de muitas empresas da margem sul do Tejo e da região de Lisboa, puseram-se imediatamente ao lado dos seus camaradas da Lisnave.

Os operários da empresa METALIZAÇÃO, de Sacavém, que estavam a trabalhar por conta desta na Lisnave, resolveram regressar à sua empresa declarando que não iam trabalhar para um local onde outros operários estivessem em luta com o patronato.

Em várias empresas, como na CUF, Parry & Son, Arsenal, Siderurgia, em tentativas de paralisações e outras acções, os operários manifestaram da melhor maneira a sua solidariedade apresentando também as suas reivindicações ao patronato.

Na Parry & Son, os operários pararam e concentraram-se num recinto. Para impedir a greve, o patronato interveio imediatamente prometendo o mesmo aumento que a Lisnave desse.

Na Setúbalense (empresa dos Belos), é voz corrente que no dia 12 de Novembro os cobradores das camionetas de Setúbal-Cacilhas, solidarizando-se com os operários da Lisnave, se recusaram a cobrar bilhetes durante 3 horas.

O pessoal dos navios estrangeiros (no estaleiro da Lisnave, em reparação) fizeram greve de solidariedade com os seus companheiros.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A CLASSE OPERÁRIA NA OFENSIVA

Atendo a chama do combate antifascista em plena campanha «eleitoral», a greve dos ferroviários marcou a arrancada da classe operária para uma grande ofensiva contra a exploração capitalista e pelas suas reivindicações fundamentais.

Precipitando a assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho dos ferroviários, ao mesmo tempo que lançava as forças repressivas contra os 5.000 operários da Lisnave em greve, o governo de Marcelo Caetano procurou em vão pôr um dique ao incontível caudal de descontentamento e indignação que cresceu impetuoso, após a greve dos ferroviários, na greve da Lisnave, nas greves dos operários de Barreiras, de Aldemiro e Mira, da Fábrica Bore; nas paralisações e trabalho lento dos vidreiros da Marinha Grande; nas paralisações da Fábrica de Fósforos, da Fábrica Portugal, da Fábrica de Garrações, na Somague; nas concentrações nas Construções Técnicas, na Cimentos Tejo, na Metal, na Cima; no recurso ao trabalho lento nos Telefones, na Scmague, na Empie e Metalúrgica Nery; na acção diária da classe operária na Ford e na General Motors, na Soca Póvoa, na Robbialac, na Trefilaria e em numerosas empresas do País.

Ante a desenfreada exploração capitalista, e a escalada do custo de vida que as guerras coloniais e os super-lucros dos monopólios não deixarão sustar, a classe operária dá provas de elevada consciência de classe e combatividade. Rejeita as organizações do patronato como a CIE da CUF e da Lisnave e o «Conselho dos Trabalhadores» da Olajio. Solidariza-se com os seus camaradas em luta e intensifica ao mesmo tempo a sua acção.

Fortalecendo a sua organização e os laços de cooperação operária em várias regiões, os trabalhadores preparam-se para se lançar em novas batalhas. Outras explosões são inevitáveis.

Nos valentes ferroviários e operários da Lisnave, saudamos a audácia e a firmeza inabalável da classe operária e de todos os trabalhadores em luta!

5.000 OPERÁRIOS EM GREVE NA LISNAVE

A greve dos 5.000 operários da Lisnave eclodiu como resposta inevitável à terminante recusa patronal de dar satisfação às suas justas reivindicações: aumento geral de 25\$00 diários; pagamento de 30 dias e fim das horas extraordinárias.

A greve teve início nos estaleiros da Margueira, no dia 11 de Novembro às 15,50 h. Cerca de 1.500 operários concentraram-se em frente da Administração. Grupos de operários, totalizando cerca de 300, percorreram os barcos chamando os seus camaradas para a luta. A empresa ficou ocupada dia e noite pelos operários, permanecendo estes de braços caídos junto das máquinas. No dia seguinte, mais de metade do pessoal do escritório aderiu também à greve.

Nos estaleiros de Lisboa (Rocha do Conde de Óbidos) informados pelos seus camaradas da Margueira, os operários lançaram-se em greve.

A partir das 15 horas do dia 12, a greve era geral nos estaleiros da LISNAVE.

O governo e os monopolistas de mãos dadas contra os trabalhadores

No dia 12, agentes da Pide vestindo fatos-macaco procuraram criar a confusão e a divisão gritando: «A malta vai pegar à malta!» mas não conseguiram enganar ninguém.

O governo «liberalizante» de Marcelo Caetano e os monopolistas da CUF, suecos, noruegueses e outros, apareceram imediatamente de mãos dadas numa violenta ofensiva policial desencadeada contra os 5.000 operá-

rios em greve.

No dia 13, às 5 da madrugada, a empresa foi brutalmente invadida pelas forças da GNR a cavalo e brigadas de choque da PSP com cães policiais e metralhadoras. Centenas e centenas de trabalhadores, envergando os seus fatos de trabalho, saíram sob escolta policial, com os canos das metralhadoras junto às costas, pelo crime de defenderem o seu pão.

As forças policiais voltaram a intervir nesse mesmo dia de manhã para impôr aberta e escandalosamente as exigências do patronato aos trabalhadores que se apresentavam decididos a prosseguir a greve: só podia entrar quem tivesse mais de 5 anos de casa; quem se compromettesse a dar bom rendimento no trabalho; quem quisesse fazer horas extraordinárias; quem concordasse em receber a irrisória remuneração de 8%, estabelecida pela empresa.

Nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos, os 2.300 operários ofereceram uma corajosa resistência à repressão, defendendo-se dos cães e das coronhadas com ferros e instrumentos de trabalho.

No dia 15, os estaleiros da Lisnave estavam ainda cercados pela GNR e PSP de capacete de aço. A 17, a PSP ocupava ainda a empresa.

Enquanto defendia os interesses dos monopolistas portugueses e estrangeiros, reprimindo a greve de 5.000 operários da Lisnave, que defendiam o seu pão, o governo de M. Caetano fomentava falsas acções de protesto e, inclusivamente «greves» contra a Suécia por — dizia — apoiar a

luta dos povos das colónias portuguesas. Mais uma vez o governo desmascarava o seu falso patriotismo e o seu desprezo pelos interesses vitais dos trabalhadores.

A manobra de divisão fracassará

Atirando as forças repressivas contra os operários em greve e lançando no desemprego centenas deles os exploradores da Lisnave e o seu governo procuram provocar o desânimo e a inacção dos trabalhadores. Porém, a sua manobra fracassará. Os tubarões da Lisnave não poderão dispensar os operários despedidos como represália. Depois da sua heroica greve, os operários da Lisnave não se deixarão enredar no jogo paralisante do patronato. «Devesgar e pára!», tal é a sua palavra de ordem neste momento.

Pela sua própria experiência, milhares de operários verificam que teria sido diferente o desenrolar da sua luta se esta tivesse assentado numa sólida organização. Aos olhos de todos, a organização do patronato — CIE — vinha surgindo como verdadeiro travão para a sua luta. Aos delegados da CIE que, pressionados pelos operários, vinham realizando há mais de um mês infrutíferas diligências junto da Administração, já os operários haviam dito: «Vocês só servem para trazer recados do patrão!».

Conscientes da sua força e da sua razão, fortalecida a sua unidade no duro combate que acabam de travar, os operários vão prosseguir a sua acção, exigindo que ninguém seja despedido e a satisfação das suas justas rei-

(continua na 3.ª pág.)



NOVA FASE DE LUTA

(continuação da 1.ª pág.)
tivamente aos olhos da opinião nacional e internacional como a verdadeira força da Oposição representativa das aspirações populares, a única com base de massas.

A ASP pagou caro a sua política oportunista e anticomunista. Com as listas de desistência e divisão CEUD que promoveu em Lisboa, Porto e Braga, pensava ganhar nas «eleições» o que perdera na acção política.

Em Lisboa, onde os divisionistas pretendiam que a CDE desistisse a seu favor, pouco mais tiveram que um quarto dos votos da CDE. O espectacular fracasso da política de divisão e anti-comunismo da ASP e as lições que daí se desprendem tem os mais favoráveis reflexos para o desenvolvimento ulterior do movimento antifascista.

Preparemo-nos para novas batalhas

Confirmaram-se a análise e as previsões do Partido Comunista Português. Esvaíram-se em fumo as ilusões legalistas de certos sectores da Oposição. A manobra demagógica de M. Caetano e do seu governo de «União Sagrada» dos vários clãs fascistas tem como objectivo, não pôr fim à ditadura fascista, mas reforçá-la.

Atravessando uma grave crise política, roído por contradições internas, incapaz de resolver os problemas nacionais, fazendo face a um amplo movimento democrático, receoso dum súbito agravamento da luta de classes, o regime fascista terá necessidade, para sua defesa, de continuar manobrando. É de prever que, a par da intensificação da repressão directa e indirecta, o governo fascista de M. Caetano insista na sua demagogia e que esteja já preparando, na base da nova Assembleia Nacional, a remodelação do governo e algumas leis mais ou menos espectaculares que procurem ainda fazer crer em intenções «liberalizantes». Estes aspectos da crise do regime devem continuar a ser aproveitados pela Oposição democrática para lutar por reivindicações concretas imediatas, para enfraquecer as estruturas tradicionais da ditadura, para manter as posições alcançadas num ano de luta, para impôr o reconhecimento de facto (se não de direito) da sua existência legal como movimento político da Oposição.

Estas importantes direcções da luta democrática, centrais e fundamentais numa fase determinada, não podem, porém, fazer esquecer a existência do aparelho do Estado fascista e a determinação dos fascistas (que aliás abertamente declaram) de recorrerem às violências mais brutais, ao crime e à guerra civil para abafarem a luta popular.

Conjugar a acção legal com a acção clandestina

Limitar a objectivos e a formas de acção legal e semi-legal a acção antifascista na nova fase de luta após as «eleições» seria condenar a Oposição democrá-

tica à defensiva, limitar e castrar a vontade combativa do povo nos limites estreitos da legalidade fascista, abdicar da passagem a formas superiores de luta, roubar ao movimento popular a sua real perspectiva e o seu real objectivo: pôr fim à ditadura fascista e instaurar um regime democrático.

A par da acção legal, das formas de acção legal da Oposição, o momento presente exige o reforço rápido da actividade clandestina, de formas de organização e de acção clandestinas.

É o fascismo que por sua própria natureza impede um processo evolutivo da política portuguesa. Lutando incansavelmente por objectivos parciais e limitados, lutando pelas reivindicações económicas e políticas da classe operária e das amplas massas populares, lutando para obrigar o fascismo a fazer concessões e modificações na sua política para alargar os estreitos limites da legalidade fascista, utilizando até ao extremo as possibilidades legais de actuação — a perspectiva decorrente da existência dum ditadura fascista e da obstinação das classes dominantes em negarem as mais elementares liberdades, não é a liberalização mas a revolução.

A ditadura fascista não cairá de pôdre, nem se pode esperar que venha a cair como resultado de «eleições» a realizar daqui a 4 anos, em condições impossíveis de prever a distância, mas que os fascistas se esforçarão para que sejam uma nova burla eleitoral.

Para pôr fim à ditadura fascista, serão necessários duros combates e um afrontamento violento com o Estado fascista e as suas forças armadas.

Só aqueles que o compreendam e actuem em conformidade poderão pretender representar um papel dirigente na luta nacional contra o fascismo, não apenas em tal ou tal período em que o aproveitamento das possibilidades legais se torna a forma predominante de luta, mas ao longo do complexo e irregular processo revolucionário. Pela sua parte, o Partido Comunista Português continuará a trabalhar incansavelmente para que a classe operária, as massas trabalhadoras, o movimento democrático desenvolvam a sua luta com uma tal perspectiva.

No acto «eleitoral»

As ilegalidades cometidas são um sintoma de fraqueza

As falcaturas, flagrantes ilegalidades e violências cometidas pelas autoridades e apaniguados do governo, designadamente na véspera e no dia das «eleições» puseram a nu a insegurança que deles se apoderou.

Em Torres Vedras, grupos de rurais apareceram debaixo de forma com regedores ou cabos-de-ordem à frente a votar «livre e secretamente» na «União Nacional».

Em Bucelas, um candidato da CDE surpreendeu uma mulherzinha a entregar 5 votos ao presidente da mesa que se apresentava a metê-los na urna.

NOS COMÍCIOS E NAS RUAS o povo disse «Não!» ao governo e ao regime

Quem presenciou as multidões nos comícios da Oposição democrática e nas ruas pôde concluir que os números apresentados pelo governo eram sem sombra de dúvida o resultado dum enorme burla «eleitoral».

Assim nos últimos três dias da campanha, apesar de todos os entraves das autoridades, entraram no pequeno teatro Vasco Santana, em Lisboa, cerca de 1.500 pessoas e mais do dobro ficaram fora.

Em VILA FRANCA DE XIRA, no dia 21, numa sala de 900 lugares, compriram-se mais de 1.500 pessoas, tendo ficado fora perto de 800. A cerca de 100 metros de distância, o anunciado grande comício da «União Nacional» não conseguiu reunir mais de 200 pessoas.

Em SANTA IRIA, mais de 1.500 pessoas, vibrantes de entusiasmo, compriram-se num exiguo local. A luz foi cortada por elementos policiais, o que não impediu o comício de continuar durante 45 minutos à luz de velas e candeeiros.

Em ALHANDRA, sob a alegação de que tinham sido distribuídos 4.000 convites (o dobro da lotação do local), agentes da PIDE, à última hora, pretenderam proibir as entradas mediante os convites da CDE fornecendo bilhetes numerados. Porém, mal as portas se abriram, agentes policiais e porteiros foram varridos pela densa multidão. E não foram 4.000, mas cerca de 5.000 que estiveram presentes no debate dos problemas económicos e políticos mais candentes e que gritavam como um só: «Aumento de salários! Queremos paz em vez de guerra! Liberdade! Amnistia!»

Em SACAVÉM, mais de mil pessoas, trabalhadores na sua maioria, apinharam-se no local do comício, mas muitas mais ficaram de fora. Para que as pessoas no exterior pudessem ouvir, a mesa da presidência foi deslocada para perto das janelas. Em grande aparato, a polícia interveio tentando dispersar, mas não o conseguiu apesar de ter provocado algumas escaramuças.

Na BOBADELA, cerca de 2.000 pessoas igualmente apinhadas.

Em MÓSCAVIDE, mais de 1.000 pessoas num local e cerca

de 800 noutra, em comícios realizados no mesmo dia, puderam debater amplamente as reivindicações populares a apresentar à Câmara de Loures.

Em ALPIARÇA, cerca de 4.000 pessoas apertados como sardinha em lata manifestaram-se com entusiasmo pela liberdade, pela amnistia, contra a guerra colonial. A certa altura, um agente da Pide, armado em bom, trazia para fora da sala uma pessoa desmaiada. Julgando tratar-se de prisão, alguns assistentes caíram em cima dos pides que se encontravam no local fazendo-os passar um mau bocado e um grande susto... Toda a gente gritava: «Abaixo a Pidel Fora a repressão! Abaixo o fascismo!».

No final do comício de Alpiarça, aquela imensa multidão espalhou-se pelas ruas da vila onde se realizaram vários comícios de propaganda. As forças policiais, com capacetes de aço e metralhadoras, cercavam praticamente a vila, mas não conseguiram assustar a heróica Alpiarça.

Na BAIXA DA BANHEIRA, onde votaram somente umas centenas de eleitores, cá fora, cerca 5.000 pessoas fiscalizavam, não arredando pé sem que os resultados fossem afixados. Dois agentes da Pide tentaram entrar na secção de voto, mas foram impedidos de o fazer. Um terceiro ficou isolado no meio da multidão sofrendo alguns apertões pouco agradáveis. O valentão até deu abaixo a Pide e ao fascismo...

Em todo o concelho de ALMADA votaram apenas 4.775 pessoas mas nos dois comícios do dia 23 de Outubro, cerca de 8.000 pessoas mostraram o seu ódio à ditadura reclamando a liberdade, o fim da guerra colonial, e amnistia, etc.

Na COVA DA PIEDADE votaram somente 1.923 pessoas, mas vários milhares fiscalizavam perto das 5 secções de voto manifestando o seu grande contentamento quando foi conhecida a vitória da CDE.

De lamentar que democratas e um ou outro candidato com uma concepção falsa de civismo tenham contribuído com os seus apelos para impedir que o povo se manifestasse nas ruas pela liberdade após os comícios e concentrações de massas.

Na Apelação, um morto há 4 meses também «votou». Quantos «eleitores» deste tipo terão «votado» sem atrair a menor suspeita!

Em Sacavém, apareceu um soldado com um envelope amarelo da «União Nacional» a querer votar, mas atrapalhou-se ao identificar-se: ele não era ele. Uma formação de mais de 300 recrutas apresentou-se para votar tendo-se verificado que todos estavam recenseados, embora a recruta tivesse começado muito depois de encerrado o recenseamento.

Saiente-se, porém, que grande número

de soldados, numa manifestação de coragem votaram conscientemente na C.D.E.

Em ALVERCA, o corpo de militares que ali fez serviço deslocou-se sob fardatura para a secção de voto onde uma vez chegados dispersaram para formar bicha. Vários deles alçaram-se, porém, em direcção às mesas de distribuição de listas de voto. A pergunta do capitão: «Então vocês já não têm votos?» responderam os soldados: «O voto não é secreto?». Gaguejando, o capitão fascista respondeu que sim. «POIS ENTÃO NÓS VAMOS VOTAR EM QUEM QUEREMOS» retornaram corajosamente os soldados.

Em ALENQUER, onde foram expulsas da sala várias pessoas que possuíam certidões de eleitores para que os fascistas pudessem cozinhar melhor os resultados, o presidente da Câmara deslocou-se às poucas secções de voto onde havia fiscais da Oposição numa atitude de ostensiva provocação.

(continua na 6.ª pág.)

Greve na Aldemiro

(A. Vedros): Os 150 corticeiros desta fábrica, na sua maioria mulheres, fizeram greve de braços caídos nos dias 23, 24 e 25 de Outubro. Como represália, o patrão encerrou a fábrica ao fim de 3 dias de greve. Em resposta, o pessoal concentrou-se junto ao portão da fábrica gritando e protestando.

O explorador Aldemiro apelou para a GNR. Porém, ao contrário do que esperava, foi forçado a prometer o aumento de 12% ao pessoal na presença do tenente da GNR.

Depois disto, numa miserável atitude digna de si, o Aldemiro negou a promessa feita e o aumento, provocando a maior indignação entre os trabalhadores. Estes deverão prosseguir a sua luta, fortalecendo a sua organização, até à satisfação das suas reivindicações.

Greve na Barreiras

No dia 25 de Outubro, os 100 operários desta fábrica de cortiça, no Lavradio, fizeram greve total, reivindicando aumento de salários.

O patronato prometeu ir estudar o assunto, mas os trabalhadores não podem esperar de braços cruzados.

Vigilância, firmeza e unidade combativa, para alcançarem os aumentos reclamados!

Vitoriosa a greve na Geffa

Depois duma semana de greve, as valentes operárias forçaram o patronato a recuar: foi-lhes concedido um aumento geral de 9\$00 diários.

As operárias apresentavam-se diariamente na fábrica, onde permaneciam de braços caídos junto das máquinas.

O aumento que acabam de alcançar não é, porém, suficiente. As operárias mantêm a sua reivindicação de um salário mínimo de 50\$00.

Greve na Bore

Nesta fábrica de confecção de camisas, em Alhos Vedros, seguindo o exemplo das suas camaradas da Geffa, as 60 operárias recorreram à greve por aumento de salários.

«Cera» na empresa metalúrgica Nery (Torres Novas)

O pessoal desta empresa recorreu ao trabalho lento para reforçar a sua reivindicação de aumento geral de salário e outras regalias relativas a férias e assistência médica.

Lisnave

(continuação da 1.ª pág.)

vindicações.

Operários da Lisnave! Com a vossa heroica greve, destes um exemplo de grande audácia e combatividade. Avante, no fortalecimento da vossa organização, condição indispensável para o sucesso da vossa justa luta!

A classe operária na ofensiva

Concentração na construções técnicas

Mais de 1.000 operários marcharam até à sede desta empresa (Alverca) onde reclamaram aumento de salários.

Ante a firmeza e a unidade dos trabalhadores, o patronato foi forçado a prometer aumentos que entrariam em vigor a partir de 5 de Novembro.

Concentração geral na Cimento Tejo (Alhandra)

No dia 31 de Outubro, delegações de várias secções foram insistir por aumento de salário junto do director. Este recebeu os operários de pistola pousada na secretária. Reagindo com firmeza, os operários recusaram-se a falar com o director por estar armado.

No mesmo dia, o pessoal fez uma concentração geral na gerência.

Os operários reclamam numa exposição assinada pela quase totalidade de pessoal (350): aumento geral de salários; pagamento mensal com as respectivas regalias; aumento do número de dias de férias anuais; pagamento do 13.º mês.

Greve aos serões e paralisação na Cimianto

No dia 26 de Outubro, os operários desta empresa do Baixo Ribatejo fizeram greve aos serões para protestar contra os baixos salários e os descontos nas horas extraordinárias.

No dia seguinte, o pessoal entrou na fábrica e não pegou no trabalho. Depois duma paralisação de hora e meia, foram recebidos por um engenheiro, através duma comissão representativa que reclamou aumentos gerais de salários que se vissem.

Paralisação na fábrica de Garrações (Porto Alto):

No dia 31 de Outubro, o pessoal desta empresa, na sua maioria mulheres (cerca de 200) fizeram uma paralisação de trabalho.

O presidente da Câmara e vários agentes da Pide apareceram na fábrica mas as valentes operárias não se deixaram intimidar e só pegaram no trabalho quando lhes foi prometido que as horas descontadas para compensar o feriado de 1 de Novembro seriam pagas.

Paralisações na Fábrica Portugal (Lisboa):

Em fins de Outubro, centenas de operários fizeram uma paralisação das 15 às 16 horas, ficando de braços caídos junto das máquinas que continuaram a trabalhar.

Os trabalhadores reclamam

aumento de salário de 2\$00 por hora.

A direcção da empresa mandou chamar uma comissão de trabalhadores para discutir, ao que estes responderam que não, que mandasse a direcção um ou dois dos seus membros falar com eles. Assim foi feito, dizendo o patronato que não podia dar uma resposta imediata. Os operários disseram compreender e por isso mesmo voltariam a paralisar o trabalho. No dia seguinte, à mesma hora, fizeram uma nova paralisação.

Graças à elevada consciência de classe, firmeza e unidade, conseguiram um aumento de 1\$40 por hora. Os operários consideram o aumento insuficiente.

«Cera» e paralisação na Somague (Baixo Ribatejo)

Após 2 meses de diligências por aumentos e contra os despedimentos, o pessoal entrou em regime de «cera», passando a produzir cerca de um décimo do que era habitual. Ao mesmo tempo, fazem uma paralisação geral para irem ao engenheiro insistir no pedido de aumento. O patronato procurou desculpar-se dizendo que o momento não lhe é propício, mas os operários responderam com razão que isso não lhes diz respeito. A «cera» continuou. Não houve mais despedimentos.

Paralisação na fábrica de Fósforos

Depois duma paralisação-aviso ocorrida em 15 de Novembro, os operários desta empresa do Baixo Ribatejo entraram em contacto com operários de outras empresas da região para discutir os seus problemas comuns e a sua disposição de luta.

Este é o caminho!

«Cera» nos Telefones

(Lisboa): Depois de terem enviado uma comissão de classe ao Sindicato reclamando aumento de salários e melhoria nas condições de trabalho, os cobradores entraram imediatamente em regime de «cera», cobrando muito menos recibos por dia.

Em resultado da sua acção, viram melhoradas as condições de trabalho e alcançaram várias regalias.

Concentração na Carris

Para protestarem contra o Contrato-burla assinado em fins de Agosto nas costas da classe, cerca de 500 operários da Carris fizeram uma concentração em Santo Amaro, no dia 24 de Outubro. Recusando-se a atender o pessoal, a Administração chamou a PSP que, desta vez, não compareceu.

Os trabalhadores estão decididos a prosseguir e intensificar a sua acção, pois os aumentos previstos no Contrato, além de in-

significantes (cerca de 4% no máximo) nada resolvem face ao aumento diário do custo de vida.

Concentração na Metal

(Castanheira do Ribatejo): Aguardando a hora oportuna em que se juntavam os 3 turnos, o pessoal fez uma concentração na gerência para reclamar aumento geral de salários, fixando estes num mínimo de 120\$00. Sob a pressão dos operários, o engenheiro garante sob sua palavra de honra que haverá aumentos gerais no fim do ano.

Concentração na Cima (Alverca):

Mais de 200 operários e operárias desta empresa de madeiras abandonaram o trabalho e concentraram-se na gerência para pedir aumento. Contra as evasivas e adiamentos do patronato, os operários vão prosseguir e intensificar a sua luta.

Na Ford e na General Motors

(Azambuja): Na primeira semana de Novembro, várias comissões representativas das secções mais numerosas apresentaram um pedido de aumento de salário de 5\$00 por hora. Em resultado da sua acção, foi-lhes prometido aumento no começo do ano.

Na Soda-Póvoa

Em meados de Outubro, constituindo delegações de todas as secções, o pessoal apresentou colectivamente as reivindicações ao patronato: pagamento integral de 30 dias; aumento de 20\$00 diários para todos os que trabalham por turnos; revisão geral do salário base.

Na Robbialac (Sacavém):

Após a constituição duma Comissão de Unidade eleita pelo pessoal, está sendo elaborado um caderno reivindicativo, na base das seguintes reivindicações: fixação de salário mínimo de 3 500\$00; aumento geral de salários; melhoria nas condições de assistência médica, de trabalho e dos serviços de refeitório.

A partir do início destas acções, o pessoal sai da empresa de mãos dadas em sinal de unidade.

Noutras empresas

Após insistentes acções, os trabalhadores obtêm a satisfação total ou parcial, das reivindicações apresentadas.

Na Fábrica de Latas do Poço do Bispo, alcançam o pagamento do 7.º dia. Na Mague, conseguem aumentos de 1€ e 20\$00 diários. Na Olaio, o pessoal da Instância é aumentado de 60 para 74\$00, além de outros benefícios.

A luta por aumento de salário e outras reivindicações prossegue na Tudor, na Trefilaria de Sacavém, na Utic, na Lapidação de Diamantes, na Barros, na Progresso (Carpintaria do Carregado) no Parque Aeronáutico de Alverca, no Centro de Instrução Técnica em Lisboa, e noutras empresas.



A greve quebrou o imobilismo das negociações novo A.C.T. dos ferroviários

A greve de 1 hora no dia 20 de Outubro era apenas um aviso, não justo dizer dos ferroviários. O governo e a CP tiveram no em conta. Dias antes o Sindicato dos Serviços Centrais confirmara o imobilismo das negociações ao afirmar num comunicado aos associados: « não se pode prever quando estarão terminadas as negociações e muito menos a data em que o novo Acordo Colectivo de Trabalho entrará em vigor ». Subitamente, no dia 19 de Novembro, o novo Acordo era assinado.

Depois do aumento médio de 12,2% obtido em Janeiro, graças à sua luta tenaz, os ferroviários acabam de alcançar aumentos de 240\$00 para os vencimentos inferiores a 2.000\$00; aumentos de 200\$00 para vencimentos superiores a 2.000\$00. Além dum subsídio de férias de 50%, os ferroviários conseguiram ainda outras pequenas regalias. Uma justa exigência dos trabalhadores foi atendida: quem menos ganhava tem maior aumento.

A palavra de ordem de greve foi amplamente seguida

Enquanto as direcções sindicais se encerravam no caso das negociações com a CP e o governo, os ferroviários alargavam e fortaleciam a sua organização. O apelo à greve, lançado no dia 14 de Outubro pelo Secretariado Permanente do Conselho Geral da Classe Ferroviária, organismo unitário da confiança da classe, foi largamente distribuído entre os ferroviários. Nos dias 19 e 20, dezenas de milhares de tarjetas levavam em todas as linhas a palavra de ordem de greve aos ferroviários.

Na estação do Rossio, durante a greve, houve exemplos de grande audácia combativa. Julgando tra-

tar-se dum « combóio-fura », cerca de 100 ferroviários saltaram intrepidamente para a linha, dispostos a impedirem a sua entrada na estação.

Além das já referidas no «Avante!», a greve estendeu-se a outras linhas e estações do País. Em Braço de Prata, a greve foi total. Como na linha de Sintra, ficaram imobilizados todos os combóios da linha da Beira Alta, os transvias da linha Rossio-Azambuja e os combóios em manobras nas estações do Barreiro, Beja e outras. A greve foi total nas estações de Viseu, Coimbra, Ovar e Alfaiates. Embora parcial, houve greve nas estações de Campanhã, Contimil e Gaia.

A greve foi seguida com entusiasmo por mais de 12.000 ferroviários, mas há que contar com todos os que foram impedidos de nela participar por não estarem de serviço àquela hora. Num momento em que as forças democráticas, apoiadas nas massas populares, reclamavam o direito de greve, os ferroviários impunham este direito lançando-se corajosamente em greve.

A assinatura do ACT importante vitória dos ferroviários

O Acordo Colectivo dos Ferroviários foi denunciado em 13 de Maio de 1964. Só 4 anos depois, quando os 30.000 ferroviários passaram do descontentamento à luta aberta o governo e a C.P. nomearam uma comissão encarregada da sua revisão e concederam pequenos aumentos e os parcos benefícios da Previdência.

Insistindo na sua manobra dilatoria, o governo e a CP foram ao ponto de proibir as direcções sindicais de darem conhecimento das negociações aos ferroviários e pretexto de que eram « secretas ». Entretanto, estes fortaleciam a sua unidade e organização. No dia 30 de Abril, cerca de 1.000 operários e empregados das oficinas e movimento do Barreiro concentraram-se junto da sede do sindicato do sul. No dia 2 de Agosto, mais de 1.000 ferroviários concentravam-se e manifes-

tavam-se no centro de Lisboa.

No dia 20 de Outubro, mais de 12.000 ferroviários recorreram à greve.

Prosseguindo a sua ofensiva após a greve, logo nos primeiros dias de Novembro, os ferroviários reclamaram uma entrevista entre uma delegação sua e o presidente do Conselho de Administração da CP, através dum carta com mais de 1.000 assinaturas. Como esta tivesse ficado sem resposta, uma comissão de ferroviários, acompanhada por mais de 200, apresentou-se na Administração no dia 11 de Novembro logo de manhã. Ali permaneceram todo o dia, revezando-se. Os magnatas da CP tiveram que ceder. Os ferroviários insistiram então na rápida solução dos seus problemas.

Faça sua acção unida, tenaz e organizada, os ferroviários forçaram o governo e a C.P. a recorrer. O Acordo Colectivo de Trabalho, assinado após o êxito da greve, constituiu outra importante vitória dos ferroviários.

A luta não pode parar

Como represália, a CP suspendeu 20 ferroviários provocando uma onda de protestos que a forçaram a levantar sem demora essas suspensões.

Os operários da CUF boicotam as eleições da CIE

As eleições tiveram lugar nos começos de Novembro. Porém, em vez de deixarem na urna a lista com os nomes dos novos delegados, os operários deixaram uma lista com as suas reivindicações imediatas: AUMENTO GERAL DE 20\$00, PAGAMENTO DOS 30 DIAS E PAGAMENTO DO 13.º MÊS.

Embora não conheçamos todos os resultados da votação, os que apontamos são significativos:

C. de Ideária:	20%	listas com reivindicações:	3 com nomes
- Sacarias:	200	ZELO	€ €
- Montagem:	185		21 € €
- Indicações:	125		2 € €
- Mascarnas:	150		6 € €

Não é de esperar que os restritos resultados sejam diferentes. Os tubridos Melos perdem assim um terreno legal para manobrar. Não houve eleição de novos delegados. Houve, sim, uma eleição de reivindicações dos trabalhadores!

O VII CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

O VII Congresso Sindical Mundial realizado recentemente em Budapeste, constituiu uma importante manifestação de solidariedade internacional.

A unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, a prática e o desenvolvimento do internacionalismo proletário na intensificação da luta contra a exploração e pelo progresso social, contra o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo, pelas liberdades sindicais e democráticas, pela independência nacional e pela Paz foram os temas dominantes do Congresso. Um dia inteiro foi dedicado ao problema do Vietnam, tendo sido aprovada uma resolução exortando os trabalhadores e organizações sindicais do mundo inteiro a intensificarem a sua solidariedade ao heróico povo vietnamita.

O desenvolvimento da solidariedade activa aos trabalhadores privados das liberdades sindicais e democráticas, que lutam em condições particularmente difíceis pela reconquista de tais liberdades e contra a exploração do patronato foi objecto de muita atenção do Congresso. Portugal é várias vezes citado quer no relatório principal, quer nas intervenções de numerosas delegações, quer nos documentos de orientação para o movimento sindical aprovados pelo Congresso, e em um dos casos em que os trabalhadores, enfrentando uma brutal repressão fascista, lutam em condições difíceis pelas liberdades sindicais e democráticas e a quem o movimento sindical mundial deve prestar uma maior ajuda.

Entre os documentos mais importantes aprovados pelo Congresso, figuram o de ORIENTAÇÃO E ACCÃO SINDICAIS, APELO, CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LENINE e RESOLUÇÃO SOBRE OS DIREITOS SINDICAIS.

Intervindo no tribuna, o camarada José Victoriano, que chefiava a delegação portuguesa, disse a certa altura: «O regime fascista, que oprime o nosso povo há 43 anos e suprimiu todas as liberdades, continua a impedir que os trabalhadores se organizem para o defesa dos seus interesses de classe». Depois de citar várias lutas no decurso dos últimos anos, acrescentou: «Já em 1969 cerca de 100.000 trabalhadores da região de Lisboa, Baixo Ribatejo e margem sul do Tejo participa-

Fazendo pairar a ameaça de despedimentos de 3.000 ferroviários que diz que «poderia dispensar imediatamente», a CP recorre a outra manobra intimidativa a que os ferroviários sabiam responder recusando-se simplesmente a fazer mais horas extraordinárias.

A C.P. e o governo preparam-se para intensificar a exploração dos ferroviários exigindo-lhes aumentos de produção sem contrapartida dum técnica mais elevada para compensar os encargos resultantes do novo A.C.T.. A chamada « Comissão de Relações Humanas » (irmã gémea da CIE da CUF e da Lisnave e quejandana) visa o mesmo objectivo. Sob o falso lema de «colaboração» entre patrões e trabalhadores procura entrar a acção organizada dos ferroviários.

Ferrovários! Cada vez mais confiantes nas vossas forças, sempre com audácia e determinação, adiante na luta contra a exploração, contra a ameaça de despedimentos, contra as suspensões e inquéritos, pela satisfação de todas as vossas justas reivindicações!

A luta não pode parar!

EM REUNIÕES E ASSEMBLEIAS A CLASSE OPERÁRIA ENCONTRA O MELHOR CAMINHO

Nos princípios de Outubro e no dia 18 do mesmo mês, tiveram lugar reuniões de carácter regional com a participação de dezenas de operários da CUF, UFA, Arsenal do Alentejo, Lisnave, ferroviários do Barreiro, cortiça, construção civil e observadores da CUF de Lisboa, onde foram discutidos os problemas reivindicativos, de carácter económico, social e político dos trabalhadores. Em todas as reuniões foi discutida a necessidade de encerrar formas de acção que conduzem à satisfação das suas reivindicações.

Depois de discutida numa reunião de

cerca de 100 trabalhadores, foi aprovada a Carta Reivindicativa dos Trabalhadores da CUF do Barreiro. Dado o interesse que despertou, estiveram presentes como observadores operários da Siderurgia, da cortiça e outros.

Em reuniões e assembleias, os trabalhadores fortalecem a sua unidade e organização e discutem o caminho a seguir na sua luta.

Intensificar a sua realização em todos os centros industriais, num momento em que o custo de vida atinge alturas nunca vistas, eis uma tarefa de maior importância

QUANTIAS RECEBIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

Amigo e arredores	50\$00	Família unida	25\$00	vitória do povo	20\$00	Um amigo	20\$00
e da loja	100\$00	Ferrovários	260\$	portugueses 140\$00	€ e Fel	100\$00	
e da quinta	50\$00	portugueses, 260\$		Pela liberdade	500\$	Um grupo de	
Assim foi		Grão vermelho 100\$		Pela socializa-		alentejanos	200\$
temperado		Liberdade		ção da me-		Velhos, cama-	
o aço	250\$00	para Pires		dicina 1.100\$00		radas:	75\$00
Avião ver-		Jorge 1.000\$00		e unidade	500\$00	Viagem	100\$00
melho	20\$00	e para Canais		Por um Portu-		Vitória	2.666\$50
Bento Car-		Rocha 150\$00		gal livro	400\$00	e socialista	20\$00
aca (XII)	3.000\$00	Luta armada	500\$00	Povoação ver-		e vermelho	120\$00
Calvina	18\$00	Manuel Ro-		melha	2.000\$00	Viva o PCP	400\$00
Coelho ver-		driguns da		Preses		Um amigo	7\$00
melho	100\$00	Silva (FOT)	60\$00	políticos	540\$00	4 simpati-	
Comissão sem		Mina ver-		Revolucionário		zanias	20\$00
casaco	200\$00	melha	500\$00	emigrante	100\$00		
Couraçado		Música revol-		T.U. 144	1.000\$00	TOTAL:	17.362\$00
Poltankine	300\$00	cionária	100\$00				
Emblemas		O futuro é					
soviéticos	70\$00	nosso	500\$00				
		Pela brilhante					

NOTA: Recebemos de solidariedade para os presos políticos (festa do «Humanité») o correspondente e 3.50\$ francos.

O MOMENTO É DE ACÇÃO

a expectativa só o fascismo favorece

As reuniões realizadas por várias Comissões Democráticas de freguesia, concelhias, distritais, sócio-profissionais, de trabalhadores, de mulheres, de jovens, de estudantes, logo após a burla eleitoral de 26 de Outubro, para fazerem um balanço do caminho andado e deliberarem democraticamente sobre o caminho a seguir tanto orgânica como politicamente, revestiram-se de grande importância para a continuação da actividade política do movimento democrático nacional dentro do espírito unitário que caracterizou a actividade anterior das C.D.E.

Desta actividade e da vontade expressa por centenas de milhares de portugueses e portuguesas durante a campanha «eleitoral» de continuar a actividade política à luz do dia para além das «eleições» resultou já a realização, em 9 de Novembro passado, duma reunião nacional democrática com a participação de delegações de Lisboa, Porto, Braga Coimbra, Leiria Santarém, Setúbal, Viseu, Beja, Portalegre, Faro, Ponta Delgada e observadores da CEUD de Lisboa. Apesar de algumas deficiências de que enfermou esta reunião, a determinação de

«prosseguir uma acção cívica no sentido de assegurar permanentemente e activa presença de opinião democrática, na vida política portuguesa e a aprovação unânime da continuidade do Movimento Democrático Nacional» devem ser retidas como um dos aspectos positivos e importantes. Não basta, porém, declarar a vontade de prosseguir. É necessário organizar, nas novas condições, a luta por todas as reivindicações levantadas antes e durante a campanha «eleitoral».

É pela acção contínua que o movimento democrático se impõe

Foi a actividade política e de organização persistentemente realizada antes e durante o período «eleitoral» pelos democratas unitários que permitiu criar um grande movimento democrático de

massas no nosso País e mobilizar centenas de milhares de portugueses e portuguesas para a acção, por reivindicações políticas, económicas e sociais muito concretas. Será pela actividade permanente no terreno da organização nas fábricas e nos campos, nas escolas, entre os intelectuais, mulheres e jovens, e pela luta conseqüente dos democratas e das massas populares por objectivos concretos imediatos e por todas as reivindicações levantadas e agitadas antes e durante o período «eleitoral» que as estruturas orgânicas criadas se manterão e se criarão outras, se fortalecerá e alargará a unidade forjada durante a acção — se imporá a actividade política legal da Oposição.

Só a unidade de acção serve o Movimento Democrático Nacional

Os representantes da CEUD de Lisboa apareceram como «observadores» na reunião nacional de 9 de Novembro. Compreendendo muito bem a posição dilatória assumida pelos dirigentes da CEUD, já temos dificuldade em compreender a tolerância dos democratas unitários para com eles.

Durante a campanha «eleitoral» eles recusaram que nas suas sedes e nos seus comícios fossem recolhidas assinaturas para um texto reclamando a «amnistia», com o pretexto de que a origem deste «era bem conhecida». Recentemente, um destacado elemento da CEUD de Lisboa afirmava terem «fundadas esperanças de dentro de 7 ou 8 meses a sua situação estar legalizada» e que este projecto («desconhecemos qual seja embora possamos imaginar) tinha encontrado grande receptividade do governo» (1). Estranho conceito de unidade antifascista o seu!

Pouco depois do desaparecimento de Salazar da cena política, o dr. Mário Soares teve uma conversa política «a mero título informativo», segundo as suas palavras, com o presidente da Comissão Executiva do partido fascista «União Nacional». Agora, tudo parece comprovar que durante ou após o período «eleitoral» tiveram lugar conversas «a mero título informativo» com o governo, directas ou por meio de intermediários.

Os factos parecem mostrar que os dirigentes «socialistas» da CEUD quando falam em unidade fazem-no simplesmente para poderem seguir no comboio democrático unitário em posição de poderem ir travando a sua marcha (já que não o podem desconjunctar) enquanto esperam que as suas manobras políticas discriminatórias e divisionistas surtam efeito em meios governamentais que lhes permitam certas facilidades preferenciais de acção política.

As suas manobras e posições anti-unitárias

teriam causado grandes prejuízos ao movimento democrático nacional. Passar uma esponja por cima do problema sem uma análise crítica, na nossa opinião, em nada favorece a unidade dos democratas portugueses.

O momento exige acção e decisões rápidas

Para levar o movimento democrático para diante, para novas e imediatas acções pela liberdade política, os democratas unitários não podem deixar-se enredar em discussões dilatatórias e, muito menos, permitir que elementos anti-unitários procurem traficar com os sentimentos unitários da grande maioria dos democratas portugueses e das massas populares. **O momento exige acção imediata e decisões rápidas para a acção.**

«As massas desejam prosseguir e quase não admitem o contrário...» afirmou um democrata da CDE de Lisboa. Não significa isto que as massas esperam decisões rápidas das suas Comissões dirigentes? Se estas decisões para a acção não aparecem, corre-se o risco de desiludir as massas que tão grandes provas de combatividade deram durante as últimas batalhas políticas e de pôr em perigo a continuidade da acção política do movimento democrático nacional.

Torna-se necessário estabelecer sem perda de tempo formas seguras e regulares de coordenação à escala regional e nacional, medida que de maneira nenhuma se choce com a autonomia das organizações democráticas dos distritos e as particularidades destes.

Nas acções e empreendimentos pela liberdade, o movimento democrático nacional não pode nem deve alhear-se das acções reivindicativas dos trabalhadores, antes deve procurar apoiar os trabalhadores em luta com todas as suas forças. Fazendo-o

AMNISTIA IMEDIATA E TOTAL!

Revigorada na recente campanha «eleitoral», a luta do povo português pela Amnistia arrancou dos cárceres fascistas mais duas vítimas da repressão policial. Fernando Tomás, presa há 9 anos, e Rosalina Labaredas, presa em Agosto do ano passado.

No distrito de Setúbal, 8.000 pessoas reclamaram a Amnistia subscrevendo abaixo-assinados durante a batalha das «eleições». Em numerosos pontos do país, como em Lisboa, Vila Franca, Castanheira do Ribatejo, Alhandra, Alverca, Póvoa, etc., prosseguiu a recolha de assinaturas.

O ímpeto alcançado neste nobre combate não pode afrouxar.

conta que no final tudo acabará por ficar como antes.

A campanha «eleitoral» ainda não estava encerrada e já o governo fascista, no meio da indignação geral, se apressava a repór, nos moldes anteriores, a substituir a mordida da censura em toda a imprensa. Aos candidatos democratas já nem sequer foi permitido tornarem públicos as suas apreciações sobre os resultados da farsa eleitoral.

A luta pela continuidade do movimento democrático é inseparável do prosseguimento e intensificação da luta contra a censura, pelo direito de expressão do pensamento e de informação.

É urgente o mais amplo apoio popular às acções dos jornalistas e a todas as iniciativas já em curso!

É indispensável que novas acções de protesto surjam dos mais variados sectores antifascistas!

Basta de mordidas! Abaixo a censura!

com prontidão, ganhará força e prestígio entre as massas populares, o que lhe permitirá avançar com mais segurança e rapidez.

As lutas da classe operária e as acções do movimento democrático influenciam-se mutuamente

As greves e outras acções da classe operária pelas suas reivindicações económicas e sociais desencadeadas nos primeiros meses do ano corrente contribuíram em grande medida para impulsionar a organização e as acções do movimento democrático pela liberdade política.

As grandes acções de massas pelas liberdades democráticas, durante o mês de Outubro, contribuíram para o desenvolvimento da luta dos ferroviários por melhores condições de vida e de trabalho e deram-lhes mais confiança para se lançar na greve que lhes daria pouco depois mais uma vitória. Com a greve dos ferroviários, o movimento democrático ganhou novo impulso e maior combatividade nos últimos dias da campanha «eleitoral». Isto, por sua vez, veio dar mais confiança aos trabalhadores que de novo, especialmente na margem sul do Tejo e na região de Lisboa, se lançam em grandes lutas por aumento de salários e outras reivindicações de carácter social.

Acompanhando dia a dia a situação geral das massas laboriosas, apoiando activamente as suas lutas por melhores condições de vida e de trabalho, procurando fortalecer a organização democrática entre elas pela criação de novas Comissões Democráticas nos locais de trabalho, o movimento democrático nacional dará passos seguros para a conquista da Democracia e da Liberdade.

Na época festiva que atravessamos, é preciso que as portas das prisões fascistas se abram completamente e para sempre!

Exijamos a libertação imediata de Pires Jorge, José Carlos, João Honrado, cujo estado de saúde exige com urgência os maiores cuidados! Liberdade para Octávio Pato, Dias Lourenço, Blanqui Teixeira, José Magro, Canais Rocha, Domingos Abrantes, Jorge Araújo, Veiga de Oliveira, Dinis Miranda, Ângelo Veloso, Martins Pedro, Cabral de Matos, Ursula Machado, Madalena Marques de Oliveira! Liberdade para todos os presos políticos!

Que nas fábricas, nas escolas, nos bairros, nas colectividades, por toda a parte, os trabalhadores, a juventude, as mulheres, participem activamente numa vasta campanha do Natal, pelo fim das «medidas de segurança» pela Amnistia!

Que de norte a sul do país se intensifique a recolha de assinaturas, o envio de telegramas, cartas e postais colectivos e outras formas de protesto junto do presidente do Conselho, do chefe do Estado, dos ministros do Interior e da Justiça! Que se escreva por toda a parte: «AMNISTIA!»

Que se abram as portas das prisões! Amnistia imediata e total!

BASTA DE MORDAÇAS! ABAIXO A CENSURA!

Quebrando temporária e parcialmente o silêncio da censura durante a batalha «eleitoral», o movimento democrático deu importantes passos na luta pelo direito de expressão de pensamento e de informação no nosso País.

Tema presente em toda a campanha, a reivindicação da abolição da censura surgiu tanto nos discursos e programas dos candidatos democráticos como nos gritos de dezenas de milhares de pessoas em vários comícios e manifestações de rua.

A própria campanha «eleitoral», só por si, foi uma luta permanente contra a censura e pelo direito de informação. A apreensão pela Pide do programa da CDE de Lisboa, as buscas e intimidações policiais nas tipografias, o corte sistemático, total ou parcial, dos comunicados da Oposição democrática, chocaram sempre com a firmeza e a determinação das forças democráticas, apoiadas pelas massas populares, na luta pela conquista das liberdades fundamentais.

Intervindo em colóquios e mesas redondas, respondendo a inquéritos e noutras formas de acção, inúmeros escritores denunciaram os incalculáveis prejuízos desta arma mortífera em todos os campos da vida cultural.

Reclamando a abolição da censura, 101

jornalistas subscreveram uma Declaração em que afirmam que não poderão ser cumpridos «os programas de qualquer governo sério e empenhado em empreender rapidamente com o seu povo a marcha do progresso — se não tiverem em Portugal uma imprensa livre e a Censura prévia presentemente em vigor».

Afirmando o carácter permanente da sua reivindicação e sublinhando a responsabilidade que deve caracterizar quantos participam na formação de opinião pública, outros 127 jornalistas — directores, chefes de redacção e redactores — muitos dos quais publicamente comprometidos com o regime, não puderam alhear-se desta cadeia de protestos e declararam-se «partidários da liberdade de informação», numa representação dirigida ao Chefe de Estado.

O carácter eminentemente nacional que o problema tomou compeliu os bispos da Metrópole a acentuar num comunicado, a importância de que se revestem, entre outros, os direitos e a sua informação verdadeira bem como as legítimas liberdades de expressão do pensamento.

Falando num «período de transição» e prometendo a discussão duma lei de imprensa na Assembleia Nacional, M. Caetano tenta por todas as formas iludir uma profunda espição do povo português e

PELO 52.º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética uma mensagem de saudação em que se salienta:

«A amizade fraternal e a cooperação estreita das vanguardas organizadas da classe operária com o PCUS, ao qual cabe a passada responsabilidade de estar à frente da maior fortaleza de todas as forças revolucionárias, correspondem aos interesses vitais dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo e são uma imperiosa necessidade para assegurar a realização vitoriosa dos tarefas históricas do movimento comunista internacional e de cada um dos seus deslocamentos.

No ano decorrido, o movimento comunista internacional registou um grande sucesso com profundas repercussões: a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo. Da Conferência saiu reforçada a acção comum dos partidos comunistas e operários na luta contra o imperialismo e a coacção do movimento comunista na base dos princípios do internacionalismo proletário, dos ideais imorredouros da Revolução de Outubro.

O povo soviético celebra este ano o 7.º de Novembro nas vésperas da comemoração do histórico centenário do nascimento de V. I. Lênina, de cujo nome são inseparáveis, não apenas a Revolução de Outubro, mas todas as grandes conquistas revolucionárias da nossa época. O PCP e os trabalhadores portugueses preparam-se também para comemorar esse centenário histórico, lado a lado com o povo soviético e o PCUS, com todos os partidos comunistas e operários, com os trabalhadores de todo o mundo e os povos ainda submetidos ao imperialismo e ao colonialismo.

Ao longo de 43 anos de luta contra a ditadura fascista os comunistas e o povo de Portugal sempre contaram com a solidariedade activa e fraternal do povo soviético e do PCUS. O Partido Comunista Português sempre considerou e con-

tinua a considerar como sua tarefa indelével o desenvolvimento dos sentimentos de amizade e solidariedade dos trabalhadores e do povo de Portugal para com o grande país dos soviéticos. É motivo de orgulho para o nosso Partido, que, apesar das difíceis condições da severa ciandestridade a que é forçado, apesar das perseguições a que são sujeitos aqueles que manifestam a sua simpatia para com o URSS, apesar da ausência de liberdades, apesar da histeria anticomunista da propaganda fascista, — os trabalhadores portugueses sa sintam profundamente ligados à URSS por sentimentos de inabalável amizade e confiança.

Viva a grande e poderosa União Soviética, o heróico povo soviético, o glorioso Partido Comunista da União Soviética!

Viva a amizade indelével entre o PCUS e o PCP, entre o povo soviético e o povo português!

Viva a cooperação fraternal de todos os partidos comunistas e operários com o PCUS, o Partido de Lenine!

Viva a unidade do movimento comunista internacional na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário!

NA ARENA INTERNACIONAL

Grandiosas batalhas da classe operária

O mundo capitalista, a Europa e a América em particular, está a ser sacudido por sucessivas e potentes vagas de greves da classe operária e das massas trabalhadoras, em luta por melhores condições de vida e de trabalho, pelos seus direitos sociais e políticos.

Na Itália, o mundo do trabalho levantou-se contra o grande capital durante semanas e semanas sem interrupção. A greve geral que paralisou todo o país no dia 19 de Novembro, abrangendo 20 milhões de trabalhadores, culminou numa longa série de greves em todos os sectores da vida nacional. São de destacar as greves dos metalúrgicos, num total de 1.300.000 operários, as greves dos 55.000 trabalhadores das fábricas de tijolo, dos 220.000 operários das indústrias químicas, dos 100 mil funcionários dos transportes públicos de toda a Itália, dos 170 mil ferroviários, dos 900.000 operários da construção civil, de um milhão de operários da construção naval, dos 80.000 empregados de cafés e restaurantes, dos jornalistas da rádio e televisão, dos funcionários públicos, totalizando no seu conjunto milhões de trabalhadores. Muitas cidades e regiões foram igualmente paralisadas pela greve para protestar contra o aumento de gé-

O RECENSEAMENTO importante tarefa política

A acção política, durante o tempo em que se processa o próximo recenseamento, tem de ser encarada pe os democratas, em especial pela classe operária e pelas massas trabalhadoras, como uma importante batalha política a travar no próprio terreno fascista.

Por isso, uma tal batalha não pode ser vista apenas como um problema de recensear por recensear, mas fundamentalmente como uma grande acção de esclarecimento político à escala nacional.

A substituição desta importante tarefa política, sob o pretexto de que o próximo ano não é de «eleições» revela que alguns democratas ainda consideram que só de 4 em 4 anos se deve e pode travar a luta política contra a di-

tadura fascista.

Ainda recentemente, todos os democratas foram unânimes em atribuir o fraquíssimo número de eleitores inscritos à despolitização das massas, fomentada durante 43 anos pelos sucessivos governos da ditadura e condenaram justamente o governo por ter proibido o funcionamento das Comissões Promotoras de Voto. É pois, de estranhar, que logo na primeira reunião nacional democrática após as «eleições» tenham aparecido ideias para se não encarar nenhuma actividade política durante o próximo recenseamento.

A acção política deve ser constante e não a prazo se realmente se quer chegar a alguma coisa. Não é com improvisações da última hora que se podem realizar as tarefas que a luta pela liberdade e a democracia comporta.

Encarar desde já medidas de organização e de propaganda com vista a uma grande acção democrática de esclarecimento político que leva a recensear-se milhões de portugueses e portuguesas com direito a voto é uma importante tarefa política que se coloca a todos os democratas.

Nem Pide nem Direcção Geral de Segurança!

Anunciando a dissolução da odiada Pide, M. Caetano acaba de lançar mão de mais uma grande manobra demagógica e espectacular, jogando infamemente com os profundos anseios do povo português.

Ante a exigência verdadeiramente nacional de abolição da Pide, gritada insistentemente por centenas de milhares de portugueses e portuguesas durante a campanha «eleitoral», M. Caetano fez apenas isto: mudou o nome à Pide.

Agora é na Direcção Geral de Segurança que se aquartela o bando criminoso da Pide, de mãos livres para prosseguir, como até aqui a sua sinistra acção. Com efeito, todas as disposições constantes dos diplomas que até agora disciplinavam o funcionamento da Pide» passam para a Direcção Geral de Segurança que, tal como a sua antecessora, tem competência para proceder «à instrução preparatória dos respectivos processos». Tudo como dantes.

A luta tenaz e incansável do povo português, ano após ano contra os crimes da odiosa PIDE, cujo eco percorre o mundo inteiro, obrigou M. Caetano a vestir-lhes nova roupagem. Foi um novo recio do governo fascista. Com um nome ou com outro, a polícia política fascista deve ser dissolvida e feito um rigoroso inquérito à sua actividade criminoso.

Nem PIDE, nem Direcção Geral de Segurança!

de eleições organizadas por um governo antidemocrático por natureza, como é o governo de M. Caetano, que os democratas e o povo português conquistarão a liberdade e a democracia. A luta no terreno eleitoral foi apenas uma batalha política, e uma grande batalha pela liberdade.

Telegrama do P. dos Trab. do Vietnam

O Partido dos Trabalhadores do Vietnam enviou ao Comité Central do Partido Comunista Português o seguinte telegrama:

«Queridos Camaradas,
Sentimo-nos sinceramente emocionados pelas profundas condolências cheias de espírito de camaradagem do vosso Partido por motivo do falecimento do nosso sempre amado e respeitado presidente Ho-Chi-Minh.

Em nome do Partido dos Trabalhadores do Vietnam, da classe operária e do povo do Vietnam, expressamos a nossa sincera gratidão.

Que se fortifique e desenvolva cada vez mais a solidariedade e a amizade entre os nossos Partidos e os nossos Povos».

As ilegalidades cometidas são um sintoma de fraqueza

(continuação da 2.ª pág.)

Em várias empresas da região de Lisboa, no meio e no fim da tarde do dia 25 de Outubro, foram feitos «apelos» aos trabalhadores pelos patrões fascistas e outros elementos da «União Nacional» para irem votar nesta.

No dia das «eleições», numerosos agentes da Pide ostentaram a sua odiosa presença, em atitude claramente intimidativa, no Barreiro, Baixa da Banheira, Almada, Moscavide, Encarnação, Alpiarça, etc.

Na zona do Couço, praças da GNR percorreram diversas povoações rurais de pistola metralhadora em punho, à caça dos «votos dos inimigos do povo» (listas da CDE).

Em V. Franca de Xira, o fascista

Féria Teotónio, presidente da Câmara, pressionou os proprietários das salas e locais que se dispunham a cedê-los para que o não fizessem, assim como os proprietários dos edifícios onde estavam instaladas as sedes da CDE.

Na MARGEM SUL DO TEJO, os agentes policiais do governo e da «União Nacional» editaram tarjetas copigrafadas em nome da Direcção de Organização Regional do Sul do Partido Comunista Português, uma manobra provocatória em que a Rádio Televisão activamente colaborou, visando confundir o movimento cenoctético com o Partido Comunista Português.

Em LISBOA, bandidos da milícia fascista, Legião Portuguesa, ceiram com violência sobre o médico Rui de Oliveira quando este procedia à distribuição de listas de voto da CDE, arrancaram-lhe as listas e levaram-no para um quartel onde o espancaram selvaticamente. Devido aos protestos dos democratas e à indignação popular, o governo foi obrigado a dar uma selfaçção pública anunciando a de-

missão do oficial legionário responsável. Estranhamente, porém, não indicou o nome do dito oficial, o que significa que não houve demissão nenhuma.

Em MIRAGAIA (Porto), legionários de pistola em punho arrancaram listas de votos da CDP e democratas que procediam à sua distribuição.

Na SEM-HORA DA HORA (Matosinhos), um agente da Pide, também de pistola em punho, pretendeu roubar listas de voto a um jovem que as distribuía só não o conseguindo porque o jovem preferiu arriscar-se e ser jurado com um tiro pondo-se em fuga com as listas.

Na noite de 25 para 26 de Outubro, o governo e a «União Nacional» fizeram distribuir largamente propaganda eleitoral em fagra e desrespeito pela própria lei fascista. Aliás, M. Caetano foi o primeiro a infringir a lei com o seu discurso intimidativo e provocatório do dia 24, insidiosamente retransmitido no dia seguinte pela rádio e televisão.

Esta pequena amostra da montanha de ilegalidades e violências que o governo e seus apaniguados cometeram mostra a evidência que as «eleições» foram mais uma grande burla e que não será através